

**O PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL:  
ORIGEM E IMPORTÂNCIA  
NOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS  
E NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Sérgio Duarte Julião da Silva (USP)  
[sdjuliao@gmail.com](mailto:sdjuliao@gmail.com)

**RESUMO**

Denomina-se português não padrão a variedade desviante do português padrão prescrito como norma culta, cuja origem pode ser explicada por teorias que o consideram resultante de fatores internos e externos no processo de contato linguístico ou um pós-crioulo. O português não padrão não raro imprime aos seus usuários classificações e julgamentos de natureza preconceituosa. Não obstante, tal variedade possui características estruturais próprias que, nos contextos de uso, carregam traços identitários. Nas práticas e políticas de ensino, excluir o português não padrão e classificar seus usuários como falantes inferiores, ignorantes ou despreparados pode acarretar exclusão social. Reconhecer a natureza sociolinguística das variantes do português com o rigor científico necessário acabaria por abrir as portas para um ensino de português (como língua materna ou estrangeira) mais abrangente, mais justo, mais realista e destituído de preconceitos.

**Palavras-chave:** Português popular. Sociolinguística. Variação linguística.

**1. Introdução**

Este artigo baseia-se em estudos sobre o contraste entre o português popular ou português não padrão falado atualmente no Brasil e o português padrão, tomando-se este último como a variedade mais próxima à norma culta e usada nos contextos de interação formal por indivíduos escolarizados e familiarizados com o texto escrito.

Numa prática social em cujo pano de fundo reina uma heterogeneidade absoluta, o português não padrão abarca os dialetos falados pela massa populacional de escolaridade baixa ou nula, podendo, entretanto, também ser utilizado em contextos mais informais por indivíduos que dominem outras variedades dialetais. Suas características mais marcantes e estudadas são a redução do paradigma de concordância verbal, a marcação de concordância de número no primeiro elemento do sintagma nominal, a predominância de construções analíticas, relativas cortadoras e o uso de topicalização, dentre outras. Apesar da tipologia proposta com esses dois tipos de português, não há entre o português não padrão e o português padrão uma clara fronteira delimitadora, mas sim um *quasi-*

*continuum* de variedades linguísticas.

Dissertaremos, aqui, acerca dos desdobramentos dos estudos das características particulares ao português não padrão em comparação ao português padrão, suscitando questões acerca da origem dessa variedade popular e de sua validade no ensino do português como língua materna (PLM) e estrangeira (PLE). Para tanto, tomamos como partida duas visões diferentes sobre a formação do português não padrão:

- a) a origem do português não padrão se deve a fatores internos e externos atuantes no processo de contato linguístico; ou
- b) o português não padrão é um produto identificável como um pós-crioulo.

Com relação a essas duas visões, aponta Dante Lucchesi (2001):

Argumentam os que advogam que o português popular evoluiu pelo processo normal da deriva linguística interna que a simplificação morfológica está presente na deriva histórica do português desde as suas origens mais remotas no indo-europeu, com destaque para a perda da flexão casual dos nomes, na passagem do latim ao romance. Os defensores do caráter criouliizante (ou semicrioulo) dessas mudanças não teriam apresentado ainda um exemplo de reestruturação original da gramática, que caracterizam os processos mais típicos de criouliização como, por exemplo, a serialização verbal e o desenvolvimento de sistemas de partículas independentes para a marcação das categorias verbais de tempo, modo e aspecto.

Iniciemos pela discussão sobre a validade de ambas as modalidades no ensino de português língua estrangeira e português língua materna, com base em um estudo das variantes do português que incluisse com o rigor científico necessário o português não padrão e abrisse as portas para um ensino de português (português língua materna ou português língua estrangeira) destituído de preconceitos.

Angela Cecília de Souza Rodrigues (1987) analisa um dos aspectos mais marcantes e característicos do português não padrão – a concordância verbal – e propõe um estudo da regra de concordância do verbo com o sujeito num determinado grupo sociolinguístico. Ao tratar da definição de classe social, e da conseqüente dificuldade de relacionar uso linguístico com classe social, a autora restringe seu estudo à variedade utilizada em São Paulo por falantes de baixa escolaridade que não adquiriram o português padrão e que procedem, em sua maioria, de zonas rurais do país, fundamentando-se no pressuposto de que a variação é uma característica intrínseca da língua e fatalmente ocorre em qualquer comunidade linguística, haja vista a heterogeneidade e o dinamismo do sis-

tema e a consequente visão da língua como um sistema aberto relacionado a contextos ou situações externas. Assim, a variedade normalizada é considerada um índice do estatuto social do falante culto e o insere num grupo social de prestígio, ao passo que a língua popular está sujeita a juízos de valor que lhe imprimirão caráter de inferioridade e não aceitabilidade em contextos de prestígio, que em grande parte é fruto de uma elite intelectual que preconiza o uso da variedade normalizada. A definição de língua popular, bem como a caracterização humana e espacial de seus usuários, é importante para que analisemos as condições históricas que deram origem aos falantes dessa variedade.

Dante Lucchesi (1994) discute o conceito de norma ao apresentar suas duas faces: a norma *objetiva* como sendo aquela observável dentro de uma comunidade linguística, ou seja, o uso linguístico costumeiro e tradicional (aceitável pelos membros), e a norma *subjetiva*, que remete a um sistema ideal de valores e, portanto, implica uma gama de juízos de valor e o consequente julgamento social dos falantes. E é justamente em função desses juízos de valor que se pode questionar a pertinência do conceito de norma numa concepção que não mais considera a língua um sistema homogêneo, mas sim um sistema aberto, heterogêneo e sujeito a mudanças, concluindo-se, como faz o autor, que numa mesma comunidade de fala, definem-se sistemas de valores e padrões de usos linguísticos distintos. Não abordaremos, aqui, a questão da norma em si, mas os subsistemas existentes no português falado no Brasil como fator crucial para destacarmos o português não padrão como um objeto de estudo e digno de consideração nos currículos de português língua estrangeira.

Nossa discussão inicial leva-nos, assim, a uma questão crucial: teria sido o português não padrão formado a partir de fatores internos e externos atuantes no processo de contato linguístico ou trata-se o português não padrão de um pós-crioulo? Para analisar a tese do pós-crioulo, utilizaremos o exposto por Klaus Zimmermann (1999) e, em contraposição ao pós-crioulo, discutiremos a tese do contato linguístico conforme apresentada por Heliana Ribeiro Mello (1999). Note-se, entretanto, que embora não se coloque explicitamente contrária à tese pós-crioula, Heliana Ribeiro Mello (1999) desfila um elenco de argumentos que tornam possível ver o português não padrão como fruto do contato ocorrido num cenário de multilinguismo.

## 2. A tese do português não padrão como pós-crioulo

Se considerarmos a tese de que o português não padrão é um pós-crioulo, necessário se fará considerar o fenômeno da “*descrioulização*”, ou seja, um processo em que uma variedade se formou a partir de um crioulo (crioulização) e depois se afastou dele, retornando às estruturas da língua padrão. Nos termos de Heliana Ribeiro Mello (1999), tal processo indica uma transmissão imperfeita da língua, podendo ser cronologicamente esquematizado da seguinte forma:

pidgin → crioulo português → pós-crioulo → português não padrão

**Quadro 1: Possível percurso do pidgin ao português não padrão**

Tomando-se a variedade português não padrão como formada a partir de um crioulo (ou seja, um *pós-crioulo*), leva-nos a lógica a ter de aceitar a existência de um crioulo que a precedeu: em outras palavras, afirmar que o português não padrão é um pós-crioulo implica necessariamente assumir que houve realmente um português crioulo no Brasil. A crioulização é o processo mais radical envolvido no contato linguístico, pois nele a transmissão normal de uma língua na qual se preservam as suas características genéticas é interrompida para dar lugar à gênese de uma nova língua.

Mas houve realmente um crioulo de base portuguesa no Brasil? Argumentos a favor de tal hipótese residem na perda de concordância nominal e verbal, o preenchimento do sujeito com pronome, modificações fonéticas e a descoberta da variedade falada em Helvécia<sup>56</sup>, cuja análise resultou no levantamento de aspectos fonológicos e características morfosintáticas que serviram como indícios de que essa variedade se tratava de uma antiga língua crioula. Até mesmo a inegável influência africana na cultura brasileira em campos como a música e a religião ser-

---

<sup>56</sup> O distrito de Helvécia situa-se no município de Nova Viçosa, na microrregião de Porto Seguro, BA. Originou-se na antiga Colônia Leopoldina, estabelecida em 1818 para uma comunidade de suíço-alemães que empregavam mão-de-obra escrava para o cultivo do café. Explicam Dante Lucchesi & Alan Baxter que “a grande proporção de escravos em relação aos falantes nativos de português (destacando-se o expressivo contingente de escravos africanos) teria dificultado em muito o acesso aos modelos de português falado como língua materna no processo de aquisição/nativização da língua entre a população escrava. Desse modo, pode-se pensar que o português transmitido para as gerações seguintes de escravos e seus descendentes na região de Helvécia tenha passado por profundas alterações decorrentes desse processo defectivo de aquisição/nativização. E foram os vestígios dessas profundas alterações que chamaram a atenção de Carlota Ferreira, pesquisadora do Atlas Prévio dos Falares Baianos, no início da década de 1960.

viu de apoio à hipótese da existência de um crioulo no Brasil, pois tal influência poderia ter atuado no contato linguístico entre o português europeu que chegava ao Brasil com os colonizadores e uma língua africana falada no local de contato. A esse respeito, Heliana Ribeiro Mello (1999) afirma que a variedade de Helvécia é fruto de reestruturação parcial do português, pois a população escrava da área teria tido pouco acesso aos modelos do português falado como língua materna, e que isso é uma evidência, embora residual, de descrioulização. Mas o fenômeno da criouliização, diz ainda Heliana Ribeiro Mello (1999), se houve, ocorreu em áreas isoladas com grande desproporcionalidade demográfica entre falantes de português e outras línguas, e não teria sido um dos processos significativos que definiram o português não padrão.

Entretanto, uma das características do crioulo é ele ser composto pela gramática da língua “vencida” e o léxico da língua “dominadora”, caso que não ocorre nem variedade de Helvécia nem no português não padrão e já serve como um primeiro contra-argumento à hipótese da criouliização: é grande o conteúdo de elementos lexicáticos africanos na variedade estudada, o que de fato não ocorre em línguas efetivamente crioulas.

Pode-se recorrer a outros argumentos para negar a hipótese da criouliização como, por exemplo, o fato de não existirem marcadores pré-verbais (fruto da simplificação do sistema verbal), a observação de que as mudanças fonéticas seguem a mesma tendência observada na România e, ainda, que mudanças fonéticas são naturais em qualquer contexto de contato. Nessa linha de raciocínio, concluiríamos que o falar de Helvécia seria, na verdade, uma das muitas variedades faladas no Brasil, pois a simplificação foi efetuada por africanos em circunstâncias históricas, o que não significa um africanismo.

Ainda assim, se se admitir que, de fato, houve um crioulo, o passo seguinte será comprovar que o português não padrão é pós-crioulo. Para tal, devem-se constatar fenômenos baseados em antigas simplificações (sendo o traço mais marcante os morfemas livres pré-verbais), considerar que houve outras variedades além das afro-portuguesas (não crioulas) das quais o português não padrão atual pode ter evoluído, obter testemunhos metalinguísticos (documentos) e considerar que a descrioulização pode ter eliminado por completo o sistema verbal característico do crioulo, já que não se acham traços de crioulo no Brasil de hoje. O grande obstáculo a essa comprovação é o fato de não haver dados ou evidências acerca de

um crioulo de base portuguesa que em algum tempo de nossa história possa ter sido usado.

### **3. A tese do português não padrão como derivado de contato linguístico**

Sabe-se que no Brasil colonial e escravagista havia um multilinguismo composto pelas línguas ameríndias nativas que configuravam uma espécie de coiné (*κοινή*, ou língua geral), pelo português europeu (que não era uniforme nem padronizado, mas sim uma variedade de dialetos distintos) e por uma enorme quantidade de línguas africanas que aqui chegaram com os escravos trazidos da África. Seguindo-se uma linha sociolinguística de análise segundo a qual a história social de uma comunidade linguística deve ser levada em conta no estudo da história da língua que utiliza, esse multilinguismo é um importante fator que pode ter determinado a formação do português não padrão. Nesse aspecto, é importante analisar dois aspectos do processo de formação do português não padrão: fatores internos e fatores externos à língua.

#### **3.1. Fatores internos**

Os fatores internos incluem a deriva, um processo de tendência natural de qualquer língua a certas mudanças, tido como naturalmente implantado através do uso. Pode-se, assim, conjecturar que o português não padrão formou-se a partir da deriva da língua portuguesa trazida ao Brasil e aqui efetivamente utilizada, embora uma análise genérica venha demonstrar que muitos dos traços diferenciadores do português não padrão em relação ao português padrão são, na verdade, evoluções também constatadas na formação da própria língua portuguesa a partir do latim ibérico (o português teria seguido seu curso evolutivo natural aqui no Brasil)<sup>57</sup>. Por outro lado, fenômenos como a desnasalização de vogais átonas em sílabas finais (ex.: *eles falaru* por *eles falaram*) já se achavam presentes no português arcaico, bem como outros processos não fonológicos, mas morfossintáticos, tais como o uso do verbo *ter* por *haver* em sentido existencial, a preposição *em* com sentido locativo e direcional, a

---

<sup>57</sup> Nesse aspecto há controvérsia entre estudiosos, tendo sido constatado um número de fenômenos identificados no português não padrão e não encontrados no português arcaico, como, por exemplo, o número de consoantes e a qualidade de algumas vogais.

preposição *para* em vez de *a*, orações ativas com sujeito indeterminado substituindo construções passivas, pretérito imperfeito do indicativo pelo futuro do pretérito e o uso do presente pelo futuro do indicativo.

O apagamento do – *s* de sílaba final, que acaba por afetar todo o paradigma de concordância de número e que é uma das características mais marcantes do português não padrão, é um dos pontos controversos quando se trata de perscrutar o processo de formação dessa variedade do português: Anthony Julius Naro & Maria Marta Pereira Scherre (1993) cogitam uma origem fonológica para o fenômeno já no português arcaico, ao passo que Heliana Ribeiro Mello (1999) afirma não haver encontrado evidências nos dados consultados. Não obstante, mesmo apesar das divergências e de alguns indícios contrários, é fato que a deriva exerceu um papel importante na formação do português não padrão.

Outro fator interno à língua que também pode ter influenciado sobremaneira na formação do português não padrão é a formação de uma coíné no Brasil em decorrência do nivelamento dialetal das diversas variedades do português ibérico que aqui aportaram, ou seja: os colonizadores tiveram de se adaptar a novas situações comunicativas e as diferenças regionais marcadas nos dialetos portugueses importados acabaram por ser eliminadas, de certa forma padronizando o português falado no Brasil e criando um dialeto brasileiro.

### **3.2. Fatores externos**

Uma linha sociolinguística de análise pressupõe levar em conta a história não só da língua, mas também dos usuários da língua. Sendo o multilinguismo de vital importância numa análise sob esse viés – haja vista a variedade de línguas de origens diferentes que atuaram no processo – a história nos traz à cena um colonizador dominante em termos bélicos e políticos, o que obviamente ocasionou o desaparecimento de algumas línguas ameríndias e africanas e o estabelecimento definitivo do português não padrão. Porém, o contato linguístico que o português teve com as línguas dominadas certamente rendeu-lhe mudanças, decorridas de uma transmissão imperfeita do idioma.

É possível que tenha havido uma forma de pidgin nos primórdios dos contatos linguísticos com os primeiros escravos e que os portugueses residentes em áreas de população predominantemente ameríndia dominassem a língua geral.

#### 4. Ponderando as duas teses

Aqui as conjecturas tomam duas direções divergentes e decisivas: ou (a) as terras brasileiras testemunharam um pidgin que evolui no caminho natural a um *crioulo* de base portuguesa (o que sustentaria a teoria do pós-crioulo para explicar o português não padrão); ou (b) esse pidgin deu origem a um *dialeto*, uma variedade local do português, que se teria tornado língua materna para as demais gerações de escravos e acabou por se tornar um “modelo” do português a ser adquirido pelos novos escravos africanos que eram trazidos ao Brasil, gerando o português não padrão falado entre os escravos, a crescente população mestiça e os brancos de baixa renda.

Fatores numéricos populacionais podem servir de apoio a essa vertente teórica: o quadro extraído de Ilza Ribeiro (1998, p. 102) possibilita visualizar a configuração demográfica da sociedade brasileira do século XVI ao XIX:

|           | período             | 1538 a 1600 | 1600 a 1700 | 1701 a 1800 | 1801 a 1850 | 1851 a 1890 |
|-----------|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| população | africanos           | 20%         | 30%         | 20%         | 12%         | 2%          |
|           | negros brasileiros  | –           | 20%         | 21%         | 19%         | 13%         |
|           | mulatos             | –           | 10%         | 19%         | 34%         | 2%          |
|           | brancos brasileiros | –           | 5%          | 10%         | 17%         | 24%         |
|           | europeus            | 30%         | 25%         | 22%         | 14%         | 7%          |
|           | índios integrados   | 50%         | 10%         | 8%          | 4%          | 2%          |

**Quadro 2: Configuração demográfica da sociedade brasileira do século XVI ao XIX**

Em seu trabalho, Ilza Ribeiro (1998) utiliza os dados do quadro para

mostrar que as comparações entre o português brasileiro e o português europeu, como têm sido feitas em diversos estudos que abordam a questão da mudança sintática no português brasileiro, tendo como parâmetro o português europeu moderno, deveriam considerar que os dados do português europeu que serviram de input para a aquisição da língua portuguesa pelos brasileiros foram produzidos por diferentes gramáticas, a depender da época. (p. 102)

Embora seu trabalho não tenha como âmbito apontar para uma discussão sobre crioulação ou contato linguístico, dele é possível chegar a reflexões sobre a formação do português não padrão com relação às questões relacionadas com as características sintáticas do sistema gramatical português europeu trazido ao Brasil, pois suas considerações diacrônicas acerca do português não padrão fornecem indícios interessantes que demonstram a força numérica populacional mestiça no Brasil já se insinuando a partir do início do século XVII e efetivamente se realizando no século XIX. Esse fato é importante porque pode ser visto como um

dos fatores externos à fixação do português não padrão: conforme Heliana Ribeiro Mello (1999), havia forte identificação desse grupo com o Brasil, o que acabou por funcionar como um elemento de coesão na sua língua falada que seria, no caso, o português não padrão.

Vemos, em suma, que os processos de contato ocorridos na formação do português não padrão foram uma reestruturação parcial do português em áreas específicas do Brasil, o empréstimo lexical de línguas africanas e ameríndias para o português e o câmbio de língua materna com aquisição imperfeita de segunda língua e sua definição como meta linguística e língua materna. O tão marcante e estudado padrão morfológico de pluralização do sintagma nominal poderia ter-se originado de uma conjunção desses fatores internos e externos, fruto da transferência de traços gramaticais das línguas africanas de substrato quando da aquisição. Ilza Ribeiro (1998) menciona a hipótese levantada por Antônio Galves & Charlotte Galves (1994) segundo a qual a prosódia guia a criança na seleção da gramática no período da aquisição, ou seja, uma mudança prosódica pode desencadear uma mudança sintática. Embora pertinente, essa interface prosódica/sintática exigiria uma melhor análise da prosódia trazida ao Brasil no período colonial e das mudanças ocasionadas pela diferente prosódia que aqui aportou com a corte no primeiro decênio do século XIX. O que não se pode deixar de ressaltar, como afirma a própria autora, é que a partir de um léxico mais ou menos homogêneo se produziam enunciados superficialmente semelhantes, mas gerados por duas gramáticas distintas e que deveria haver, por parte das crianças em fase de aquisição do português e a partir desses dados, a definição de uma única gramática. Em sua conclusão, Ilza Ribeiro (1998) afirma que as mudanças do português brasileiro não estariam relacionadas a uma aquisição imperfeita, como vimos com Heliana Ribeiro Mello (1999), mas sim à definição de uma terceira gramática que permitisse gerar os objetos linguísticos da experiência.

A análise dos argumentos em favor de cada uma das teses (pós-crioulo e língua de contato) numa visão atual e mais ampliada da língua portuguesa leva-nos a certa dificuldade em aceitar a hipótese da descriuolização. Dizemos “mais ampliada” porque, ao sairmos das fronteiras brasileiras e tomarmos um crioulo de base portuguesa como o de Cabo Verde, por exemplo, não será baixa a probabilidade de falantes da variedade brasileira do português apresentarem problemas de compreensão e estra-

nhecimento da estrutura sintática. À guisa de exemplo, consideremos um trecho de uma canção cabo-verdiana<sup>58</sup>:

Quase tudo dia titá 'contecê  
Uns cose 'stronhe li na nós terra  
Tonte mudança titá 'contecê  
Qu'até Monte Cara já gaguejá

Aqui se observa uma diferença sintática na formação do gerúndio: *titá 'contecê* por *está acontecendo*, como ainda se nota no trecho “*Ilheus dos passe ta tremê c' medo*” característica típica dos crioulos em que o sistema verbal foi simplificado e um elemento sintático pré-verbal é utilizado (*tá* + infinitivo = gerúndio para indicação de aspecto durativo).

Embora se trate de um único exemplo e, portanto, longe de ser significativo, numa análise comparativa, essa simples observação de um crioulo de base portuguesa mostra claramente suas diferenças estruturais com relação ao português não padrão. Obviamente, se adotarmos a tese da descrioulização, essa diferença é justificada pelo próprio processo em si, que teria apagado as marcas crioulas e levado a língua de volta à forma original de base. Mas teria de fato havido tempo para esse processo no Brasil? Além disso, o quadro de multilinguismo parece servir de suporte à teoria da língua de contato, além do forte argumento de não haver influência determinante da sintaxe das línguas africanas sobre o português não padrão. Novamente seria possível argumentar que a descrioulização teria apagado tais marcas, mas a estrutura sintática parece levar mais do que algumas gerações para sofrer processo tão brutal de mudança. Ainda contamos com a comparação com os fenômenos comuns ao português não padrão e ao português arcaico, indicando a deriva da língua.

Em vista disso, a teoria segundo a qual o português não padrão deriva do contato entre línguas num cenário de multilinguismo parece-nos mais plausível. E nesse ponto concordamos com Dante Lucchesi (2001) quanto à ideia de que

a compreensão da formação sócio-histórica da língua no Brasil como um processo constituído por duas grandes vertentes (uma culta e outra popular) pressupõe, a partir do século passado, uma interação e uma mútua influência entre essas duas vertentes.

---

<sup>58</sup> Canção “Cumpade Ciznone”. In: *Miss Perfumado*, CD de Cesária Évora, RCA, França, 1992.

Mas resta, ainda, caracterizar o português não padrão e investigar se ele, de fato, só se encontra presente nas classes menos favorecidas. A constatação da capacidade de variar seu discurso tanto no português não padrão quanto no português padrão entre indivíduos das classes menos favorecidas poderia servir ao combate ao preconceito com base no uso desta ou daquela variedade linguística e numa reflexão mais atenta ao currículo de ensino de português língua estrangeira e português língua materna, ou seja, fortalecer o pressuposto da norma introjetada e da consciência da melhor adequação das variedades do português a que se expõem tais indivíduos. Essa consciência seria uma evidência de que nem todos os indivíduos de classes menos favorecidas fazem uso do português não padrão simplesmente por desconhecerem o português padrão, mas sim por terem noção de adequação do uso linguístico às comunidades em que estiverem interagindo e se mostrarem, portanto, sociolinguisticamente competentes a migrarem de uma norma a outra.

##### **5. *Levantamento de ocorrências de concordância verbal típica do português não padrão: um estudo***

O contraste entre o português não padrão e o português padrão não se resume às camadas linguísticas do processo, mas estende-se além das fronteiras das questões da língua e tem seu reflexo na esfera social, ou seja, os usuários do português não padrão acabam por serem vítimas de preconceito social decorrente de um julgamento em princípio norteado pelo uso da língua e depois ampliado ao ser social e seu lugar na sociedade. Mas se, como já vimos, não há entre o português não padrão e o português padrão uma clara fronteira delimitadora, e sim um *quasi-continuum* de variedades linguísticas, até que ponto o preconceito de que sofre o português não padrão pode acabar por refletir-se nas práticas de ensino e atitudes de professores de língua portuguesa?

Sérgio Duarte Julião da Silva (2004) disponibiliza, com posterior aprofundamento em Sérgio Duarte Julião da Silva (2010), o levantamento de um *corpus* a partir da técnica de entrevista gravada em uma comunidade de falantes de português padrão, pensando-se “comunidade” como um conjunto de elementos organizados e inter-relacionados que mantêm funções e estabelecem relações entre si. Na análise linguística da comunidade, o foco recaiu sobre um grupo que compartilha mecanismos de interpretação de sua norma e das outras normas, ou seja, tomou-se o fato de que uma comunidade linguística não se caracteriza somente por-

que seus integrantes falam de forma diferente, mas sim porque *sabem* que falam diferente, desembocando-se em um julgamento do uso próprio da língua e do uso da língua por parte dos outros, numa *conscientização da diferença*. Poder-se-ia, assim, falar de uma norma introjetada cuja distinção é feita em função do papel social.

Para a confecção do *corpus*, o autor coletou entrevistas em um dos bairros da cidade de São Paulo que se encontram no topo da lista de exclusão em termos de carência de serviços básicos de utilidade pública: Engenheiro Marcilac, que, segundo o censo de 2000, possui uma população de 8.416 habitantes e é o bairro mais ao sul da cidade de São Paulo (a 44 km do centro). A grande distância do centro e de bairros mais privilegiados, bem como o ambiente quase rural de Engenheiro Marcilac, imprime à comunidade local traços típicos, marcantes e perceptivelmente uniformes. Além disso, muitos integrantes da comunidade não saem das proximidades, isolando-se, de certa maneira, das demais partes de São Paulo (para alguns, os limites são os bairros de Socorro ou Santo Amaro, este último também chamado de “cidade” ou “centro”).

Sob orientação de Sérgio Duarte Julião da Silva, as entrevistas foram conduzidas por uma das integrantes da comunidade a fim de estabelecer um grau máximo de naturalidade, eliminando o que William Labov (1994) chamou de “paradoxo do observador”, e coletar um tipo de linguagem o mais natural possível. A transcrição completa das entrevistas encontra-se em Sérgio Duarte Julião da Silva (2004, p. 122-139). Vejamos como se procedeu o estudo para o levantamento de ocorrências de concordância verbal típica do português não padrão:

**5.1. Variável estudada:** concordância de número no sintagma nominal. Um dos traços característicos do português não padrão já amplamente discutidos por estudos sociolinguísticos é a marcação de concordância de número somente no primeiro elemento do sintagma nominal. No estudo em questão, a proposta foi levantar as ocorrências desse padrão de concordância nominal nas entrevistas dos moradores do bairro Engenheiro Marcilac e verificar se há realmente uma frequência significativa para afirmarmos que tal estrutura constitui norma sintática do português não padrão por eles utilizado.

**5.2. Variantes.** No português não padrão, o paradigma pode ser estruturado de acordo com a presença ou a ausência de marca,

sendo comum a marca de plural somente no primeiro elemento do sintagma. Assim,

- formas marcadas: com <s> ou com <z>
- formas não marcadas: com Ø

Não se estudaram os fatores condicionadores, critérios de análise e hipótese, característicos dos estudos variacionistas, porque a pesquisa limitou-se a fazer um levantamento das formas ditas como típicas do paradigma de concordância nominal do português não padrão e verificar se se trata de uma frequência significativa.

**5.3. Levantamento das formas não marcadas e análise dos resultados.** Para a análise quantitativa (sugerida em John Maxwell Atkinson & John Heritage, 1984) das ocorrências do paradigma de concordância de número no sintagma nominal no português não padrão, realizou-se a contagem total dos sintagmas nominais plurais (com dois elementos) no trecho selecionado do discurso, bem como as ocorrências de marca de plural somente no primeiro elemento. Um cálculo simples forneceu a porcentagem de utilização da não marca em todos os eventos de SN plural. Exemplos de utilização do paradigma em questão são: “*os pa-to*”, “*minhas coisa*”, “*boas condução*”, “*nos apartamento*”.

O quadro abaixo mostra os números obtidos:

| Falante | Total SN plural | Paradigma português não padrão (marca somente no 1º elemento) | % de uso do paradigma português não padrão |
|---------|-----------------|---|--|
| 1       | 38              | 27  | 71,05%                                     |
| 2       | 58              | 54  | 93,10%                                     |
| 3       | 51              | 9   | 17,64%                                     |
| 4       | 36              | 12  | 33,33%                                     |

**Quadro 3: Uso do paradigma de concordância de número no português não padrão**

Embora se tratasse de quatro membros de uma mesma comunidade, configurou-se nítida uma divisão em dois grupos tomando-se como critério a porcentagem de utilização do paradigma em estudo. Os falantes 1 e 2 compunham um subgrupo caracterizado pela alta utilização do paradigma português não padrão, ou seja, não marcaram plural nos dois elementos do sintagma nominal. Já os falantes 3 e 4 formavam o subgrupo dos que pouco utilizaram o paradigma português não padrão, ou seja, marcaram mais frequentemente o plural segundo a norma culta.

Uma análise dos fatos pode basear-se em explicações linguísticas e extralinguísticas. No primeiro caso, seria possível fazer uso da teoria de que estamos frente a um traço crioulo de nossa língua (hipótese do português não padrão como fruto de descrioulização), que também se estende a outros aspectos do português não padrão (como o paradigma reduzido da concordância verbal), ou ainda abraçar uma explicação variacionista, segundo a qual se está diante de uma variável, fruto de mudança linguística. Nesse âmbito, um dos fatores condicionadores para que a marca do plural tenha se apagado nos demais termos do sintagma nominal pode ser uma maior carga semântica do determinante dentro do SN ou a eliminação da redundância da marca de todos os elementos quando somente uma marca transmite a ideia de pluralidade no sistema binário singular/plural que governa a visão de mundo do falante nativo de português.

Chama-nos a atenção a possibilidade de aventarmos fatores sociais para tentar explicar os subgrupos. Os dados pessoais dos falantes (expostos em Sérgio Duarte Julião da Silva, 2004) indicam que os que mais utilizam o paradigma do português não padrão são os que não saem da comunidade ou pouco vão além dela (por desemprego e dedicação ao filho, como é o caso do Falante 1, ou por se deslocar dentro da comunidade, caso do Falante 2). O outro subgrupo compõe-se de elementos que trabalham em bairros mais privilegiados e distantes, em cargos subalternos que os colocam em contato com patrões ou pessoas de maior poder aquisitivo.

Retomando a observação sobre as comunidades linguísticas e a ideia de norma introjetada, tem-se que os falantes do subgrupo que utilizam menos o padrão português não padrão têm consciência do contraste de seu vernáculo e estão mais acostumados a passar de uma variedade a outra. Apesar da naturalidade buscada na entrevista, os falantes desse grupo teriam conscientemente abandonado as formas do português não padrão por saber que são formas discriminadas. A maleabilidade de uso de variedades torna-se uma questão de sobrevivência àqueles que se inserem, seja qual for a razão, em uma comunidade de poder aquisitivo superior ou, ainda, de valores intelectuais distintos. Os falantes 3 e 4 teriam desenvolvido essa habilidade para se inserirem em seus ambientes de trabalho e, assim, proteger-se do preconceito do qual fatalmente seriam vítimas se utilizassem os paradigmas do português não padrão com tanta frequência quanto os falantes 1 e 2.

Em suma, os informantes que trabalham na zona urbana<sup>59</sup> parecem ter maior consciência da norma culta e do contraste de sua própria norma, bem como do *status* inferiorizado que essa mesma norma carrega. Ao utilizarem com menor frequência os padrões sintagmáticos de sua variedade, esses informantes podem estar buscando identificar-se com a nova comunidade e por ela serem aceitos.

## 6. Considerações finais

A importância de uma conscientização acerca da origem e das estratégias sociais dos falantes da variedade não padrão do português falado no Brasil reside em diversos aspectos, sendo um deles o ensino do idioma tanto como língua materna quanto como língua estrangeira.

No âmbito do ensino de português língua materna, a exposição das variedades do português aos alunos do ensino fundamental e médio possibilitará uma maior conscientização de noções sociolinguísticas tais como comunidade e variação linguística nos níveis diatópico, diastrático e diafásico (em função, respectivamente, do lugar, da classe social e da situação de fala do usuário da língua), além de suscitar discussões saudáveis acerca de questões da língua como, por exemplo, “se cada indivíduo pode usar variantes no uso da língua, por que não vivemos num caos linguístico?” (BELINE, 2002, p. 128). Além disso, tal debate prepara o terreno a questões da macrossociolinguística sobre as relações entre a sociedade e as línguas como um todo para fins de investigação sociológica e política em conjunção com disciplinas afins como a sociologia da linguagem, a etnografia da comunicação, dialetologia, geografia linguística e pragmática. A discussão acerca da agramaticalidade do discurso se mostraria altamente profícua entre estudantes cientes dos estudos empíricos de William Labov, segundo os quais a grande maioria dos enunciados se constitui de frases formadas corretamente segundo todos os critérios de uma determinada língua em que, em última análise, não raro se utilizam diversas formas linguísticas para se dizer a mesma coisa. A própria noção de norma culta e padrão a ser utilizado, aliada aos conceitos de “adequado *versus* inadequado” conforme o contexto situacional, ficaria muito mais clara, fazendo com que os alunos usuários de alguma va-

---

<sup>59</sup> No trabalho de Sérgio Duarte Julião da Silva, justifica-se a utilização do critério “urbano versus Engenheiro Marcilac” com relação às regiões do centro paulistano até Santo Amaro pelo fato de que o bairro, embora pertença à cidade de São Paulo, possui características fortemente rurais.

riante abandonem a ideia de que estão falando “errado” ou de que “não sabem falar português”.

Assim, ao se deixar de considerar a língua como unidade autônoma e incluir aspectos de seu *usuário* nas análises e modelos teóricos, tem-se a possibilidade de expandir nossos estudos a campos diversos tais como a pragmática, a sociolinguística, a linguística textual, a análise do discurso, o ensino de português língua materna (para a discussão de políticas de ensino) e o ensino de português língua estrangeira para (como já sugerido na leitura de Vilson José Leffa, 1988) resultar na produção de materiais mais ilustrativos da diversidade brasileira em que a ilustração das variantes aos aprendizes estrangeiros da língua portuguesa os posicionaria em um cenário muito mais realista com as situações em que eles se veem inseridos entre lusófonos. Não seria cabível a nenhum material didático apenas expor a norma culta e/ou uma determinada variante do português brasileiro se, na interação real do dia a dia, o estrangeiro se encontra em situações nas quais deverá comunicar-se com usuários de diversas variantes do português. O desenvolvimento de sua competência comunicativa seria altamente prejudicado se direcionado em caminho único e exclusivista quanto à norma culta ou a uma determinada variante normalmente mais prestigiada. Aqui, um estudo com base nos preceitos e nas investigações da análise da conversação seria de imensa utilidade ao instrutor de português língua estrangeira na preparação de material didático e condução de suas aulas e atividades.

Havemos de notar, em caráter conclusivo, que, não obstante a plêiade de trabalhos e investigações de ordem linguísticas, a questão do português não padrão se mostra extremamente delicada e polêmica em nossa sociedade. Em maio de 2011, a mídia brasileira alardeou uma acirrada discussão pautada por reações agudas advindas tanto de leigos como de especialistas em diversas áreas (até economistas se propuseram a falar sobre o assunto, como o comentarista Sardenberg, no jornal *O Estado de S. Paulo*). A polêmica se criou em torno do livro didático *Por uma vida melhor*, da coleção “Viver e Aprender”, distribuída pelo Programa Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação e Cultura do Brasil. Na obra, a autora apresenta e sistematiza sintagmas típicos do português não padrão nos quais a concordância de número e gênero difere da prescrita pela norma culta. A onda de comentários e reações adversas à proposta do livro – cuja análise foi, na verdade, descontextualizada – é uma ilustração não somente de que muito ainda resta a esclarecer e conscientizar as pessoas acerca do preconceito linguístico, mas também, com

afirma Evanildo Bechara (1993, p. 15), que

uma língua histórica não é um sistema homogêneo e unitário, mas um diassistema, que abarca diversas realidades diatópicas (...), diastráticas (...) e diafásicas, e que cada porção de comunidade linguística realmente possui de direito sua língua funcional, que resulta de uma técnica histórica específica.

Julgamos, assim, mais importante o fato de que um estudo das variantes do português que incluísse com o rigor científico necessário o português não padrão acabaria por abrir as portas para um ensino de português (português língua materna ou português língua estrangeira) destituído de preconceitos. Justamente por derivar do contato entre línguas num cenário de multilinguismo, conforme concluímos, o português não padrão reflete não deve ser ignorado porque, numa visão sincrônica, reflete o próprio fenômeno dos múltiplos falares e que, portanto, não há falantes “melhores” ou “piores”, mas sim diferentes maneiras de se dizer isto ou aquilo em determinadas situações e que, ainda, certos indivíduos evitam os padrões sintagmáticos da variedade de sua própria comunidade para, na verdade, identificar-se com a nova comunidade e por ela serem aceitos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATKINSON, John Maxwell; HERITAGE, John. *Structures of social action: Studies on conversational analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* 7. ed. São Paulo: Ática, 1993.

BELINE, Ronald. A variação linguística. In: FIORIN, José Luís (Org.). *Introdução à linguística*. Vol. I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

GALVES, António; GALVES, Charlotte. *A case study of prosody driven language change*. From classical to modern European Portuguese. São Paulo: USP; Campinas: Unicamp, 1994, mimeo.

LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Oxford: Blackwell, 1994.

LEFFA, Vilson José. Metodologia do ensino de línguas. In: BOHN, Hilário Inácio; VANDRESEN, Paulino (Orgs.). *Tópicos em linguística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras*. Florianópolis: UFSC, 1988.

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa, n. 12, p. 17-28, 1994.

\_\_\_\_\_. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. Vol. 17, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 06-02-2013.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A comunidade de fala de Helvécia-BA. *Vertentes do português popular falado na Bahia*. Disponível em <<http://www.vertentes.ufba.br/a-comunidade-de-fala-de-helvecia-ba>>. Acesso em: 30-01-2013.

MELLO, Heliana Ribeiro. *Português padrão, português não padrão e a hipótese do contato linguístico*. III Seminário do Projeto “Para a História do Português Brasileiro”. Campinas: UNICAMP, 1999.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. Vol. 9, p. 437-434, 1993.

RIBEIRO, Ilza. A mudança sintática do português brasileiro é mudança em relação a que gramática? In: CASTILHO, Ataliba. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Vol. 1 – Primeiras Ideias. São Paulo: Humanitas, 1998.

RODRIGUES, Angela Cecília de Souza. *A concordância verbal no português popular em São Paulo*. 1987. Tese de Doutorado. FFLCH-USP.

SILVA, Sérgio Duarte Julião da. *Marcadores discursivos no ensino de português-língua estrangeira (PLE) no Brasil*. 2004. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

\_\_\_\_\_. *Análise e exploração de marcadores discursivos no ensino de português-língua estrangeira (PLE) no Brasil*. 2010. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

ZIMMERMANN, Klaus. O português não padrão falado no Brasil: a tese da variedade pós-crioula. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Lenguas criollas de base lexical espanhola y portuguesa*. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Biblioteca Ibero-Americana, 1999.